



CONHEÇA A IPSS
**ASSOCIAÇÃO INVÁLIDOS
DO COMÉRCIO**

CENTROS SOCIAIS

MISERICÓRDIAS

IPSS

ASSOCIAÇÕES

FUNDAÇÕES

DAR A CONHECER O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO

ÁREA SOCIAL JÁ PASSOU PARA AS AUTARQUIAS
**OPINIÃO DE LISBOA, MAFRA,
VILA FRANCA DE XIRA E LOURES**

NOVOS
**ÓRGÃOS SOCIAIS
DA CNIS**

DAR A CONHECER O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO



JOSÉ CARLOS BATALHA,
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

O Setor Social Solidário tem IPSS com dezenas e centenas de anos, e algumas são mesmo multiseculares. O chamado 3º Setor desempenha atividades para todas as fases da vida (da creche ao lar de idosos), mas também de acolhimento de crianças, idosos e doentes, apoio à deficiência, refugiados, violência doméstica, entre outras. Atividades que todos conhecem, têm contacto direto ou via familiar, ou já ouviram falar. Mas, hoje em dia, só isso não chega.

As recentes notícias que envolveram motivos negativos (mais uma vez, só isto é que vai para os destaques...) de lares onde os utentes não eram bem tratados trouxeram, do ponto de vista da União a que presido (que representa quase 500 IPSS do Distrito de Lisboa e que integra a CNIS) a necessidade, urgente mesmo, de explicar quem somos, o que fazemos, qual a nossa génese e o que nos distingue.

Não vale colocar tudo no mesmo saco quando convém a outros, porque a nós - a chamada Economia Social - importa distinguir quem faz e como.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social têm regras, direitos e deveres. Pode haver alguma que não cumpra, e cá estamos para avaliar. Mas as nossas regras não têm nada a ver com as regras dos lares privados, que funcionam de acordo com o mercado e tantas vezes à margem da Segurança Social e com o “fechar de olhos” das famílias (por diversas razões, bem sabemos...). E quem fala em lares, fala em creches e outras valências. Numa altura em que o governo e autarquias concretizam a transferência de competências no domínio da ação social, torna-se ainda mais relevante o esforço de dar a conhecer o Setor Social Solidário. Só assim teremos força para reclamar o que nos é devido, de participações e acordos de cooperação. O dinheiro não é para as IPSS, é para o serviço público que prestamos às famílias, e esse é um serviço que o Estado nos confia.

Neste tempo de crise económica acentuada, não é só o IVA zero que resolve! E de portas fechadas, as instituições sociais não podem ajudar ninguém. ●●

PRESIDENTE DA UDIPSS DIZ QUE AUMENTO DO PREÇO DOS BENS DE CONSUMO ESTÁ A “ENFRAQUECER” AS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

O alerta foi feito pelo presidente da direção, José Carlos Batalha, no Programa Fé dos Homens, da Ecclesia-RTP, no debate sobre o impacto do IVA 0% nas IPSS. A entrevista foi emitida no dia 30 de março.

Partilhamos a notícia da Agência Ecclesia:



O presidente da Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) alertou para o impacto da crise no setor, pedindo ao Governo que implemente um regime especial de IVA. José Carlos Batalha refere à Agência ECCLESIA que a inflação, em particular o aumento do preço dos bens de consumo, está a “enfraquecer” as Instituições de Solidariedade, que já se encontram numa “situação económica muito difícil”.

O também presidente do Centro Social Paroquial de Azambuja, no Patriarcado de Lisboa, aponta como solução a criação de “medidas de fundo” para as instituições sociais.

“Aumenta o número das pessoas que nos batem à porta diariamente”, reconhece este responsável.

Perante uma situação que “deteriora a estabilidade das instituições”, José Carlos Batalha aponta “medidas concretas estruturais”, com capacidade efetiva para assegurar a sustentabilidade futura.

“A isenção do IVA nos bens alimentares e na construção, apoios a nível fiscal, dariam outro alento à tesouraria das instituições”, indica o responsável, que pede um regime especial de IVA que, como diz, o Estado já põe em prática para alguns setores.

O presidente da Assembleia Geral da CNIS indica que o Estado não “paga” às IPSS, mas “comparticipa” nas diferentes respostas sociais.

Desse valor, acrescenta, “uma parte muito significativa

regressa aos cofres dos Estado em forma de IVA, TSU, IRS”.

“Não reivindicamos algo que o Estado não faça já”, acrescenta o entrevistado, que lembra o estatuto das autarquias e das corporações de bombeiros voluntários. Para José Carlos Batalha, se as IPSS não existissem, as desigualdades sociais eram “muito mais vincadas e visíveis” assumindo que as instituições sociais têm contribuído para a “coesão social” do país. Realça também a

proximidade com que as IPSS se posicionam perante a condição real do país.

“Nós estamos aqui para servir as comunidades naquilo que elas precisam”, acrescenta, lembrando as palavras do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, quando este reconheceu que as IPSS “chegam onde o braço do Estado não chega”.

Para o presidente da Assembleia Geral da CNIS, as Instituições Sociais existem “por direito próprio” e competiria ao Estado “valorizar este papel sem obstaculizar ou ter atitudes persecutórias”.

José Carlos Batalha lembra ainda a importância de o Estado valorizar quem se dedica a este trabalho.

“Nós somos um exército de voluntários ao serviço do bem comum, prestamos um serviço público”, aponta.

A CNIS conta, em todo o país, com mais de 3 mil Instituições Sociais associadas, sendo uma voz ativa na defesa do setor social e no incremento do envolvimento do Estado na promoção dos direitos sociais dos cidadãos.

Lisboa, 01 abr 2023 (Ecclesia)



NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CNIS



@FOTO: JORNAL SOLIDARIEDADE

Os novos órgãos sociais da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, eleitos a 14 de janeiro, tomaram posse nesse mesmo dia, em Fátima.

O Pe. Lino Maia assumiu mais um mandato de presidente da Direção.

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, foi também reconduzido no cargo de Presidente da Assembleia Geral.

Na cerimónia de tomada de posse, esteve presente a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho. ●●

AUDIÇÃO PARLAMENTAR SAÚDE

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) foi ouvida, em audição parlamentar, pela Comissão de Saúde, no dia 8 de fevereiro, “no âmbito do processo de reflexão que contribua para o desenvolvimento e implementação de uma estratégia que mude o paradigma organizacional dos cuidados agudos ou agudizados em Portugal”.

Estiveram presentes o Pe. Lino Maia, presidente da direção, e Maria João Quintela (Vogal da Direção da CNIS e também vogal da UDIPSS Lisboa). ●●





O presidente da direção da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, assistiu à assinatura do Protocolo de Cooperação, na sede da ANMP, em Coimbra.

ÁREA SOCIAL JÁ PASSOU PARA AS AUTARQUIAS

Desde 3 de abril que o processo de transferência de competências da área social ficou concluído. O Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, que altera a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, prorrogou o prazo para abril, anteriormente previsto para 1 de janeiro deste ano.

No dia 21 de março, foi assinado o Protocolo de Cooperação entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e representantes do sector social, no âmbito da descentralização da área social.

O Protocolo envolve a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas, a União das Mutualidades Portuguesas e a Confederação Cooperativa Portuguesa.

O texto refere como áreas prioritárias de parceria a "educação, a saúde e ação social" e identifica medidas como o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e do Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social; elaboração e atualização da Carta Social Municipal e do Plano de Desenvolvimento Social Municipal; conceção e execução dos Contratos Locais de Desenvolvimento; planificação e otimização da rede de educação pré-escolar; articulação dos serviços prestados no âmbito do fornecimento de refeições e desenvolvimento de atividades de tempos livres de crianças e jovens.

O Protocolo prevê a realização de duas reuniões anuais de acompanhamento. ●●





C Â M A R A
M U N I C I P A L

O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

**Que perspetivas têm e o que mudou com a concretização da transferência das competências do Estado Central para o Poder Local, na área social?
Enviámos questões aos presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa, Loures, Mafra e Vila Franca de Xira.**

LISBOA QUER CLARIFICAR MATÉRIAS

O Decreto-Lei 55/2020, que concretiza a transferência de competências para os municípios, estabelece que este não prejudica as atribuições e competências atualmente exercidas em Lisboa pela Santa Casa da Misericórdia.

Efetivamente, esta instituição exerce um vasto conjunto de competências no domínio social, incluindo designadamente, a gestão de equipamentos e o acolhimento de emergência. Sucede que estas transferências não são totalmente evidentes, porquanto constam de protocolos e memorandos estabelecidos entre o Instituto da Segurança Social e a Santa Casa que não se encontram publicados.

Ou seja, a concretização das competências no domínio social em Lisboa não tem um quadro evidente, pois não está clarificada quais as competências exercidas pela Santa Casa da Misericórdia e que nessa medida não serão transferidas para o Município de Lisboa.

Importa ainda referir que no Orçamento do Estado o Município de Lisboa não se encontra contemplado no mapa de encargos anuais com qualquer transferência a receber neste âmbito.

A implementação de quaisquer competências implicará necessariamente a afetação de recursos humanos qualificados em diversas áreas, pelo que se antecipam desequilíbrios entre as tarefas a realizar e os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Para clarificar estas matérias, está agendada uma reunião de trabalho com o Instituto de Segurança Social.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, **Eng.º Carlos Moedas**



“LOURES PASSOU A TER MAIS FERRAMENTAS E MAIS PARCEIROS

O que muda com a Transferência de Competências no domínio da Ação Social, no seu concelho?

A ação social surge, inequivocamente, para promover a mudança social, procurar resolver problemas nas relações humanas e estimular a autonomia da pessoa para melhorar o seu bem-estar.

Desde o dia 3 de abril que o Município de Loures passou a ter mais ferramentas e mais parceiros para o enorme desafio de encontrar soluções para os problemas das pessoas no contexto social envolvente.

Foi este o significado que demos à descentralização. Ter a oportunidade, os meios e, claro, como Administração Local, a proximidade para fazer mais, melhor, com eficácia e eficiência. Acreditamos que com este processo de transição de competências para a esfera municipal, as pessoas sairão a ganhar.

No concelho de Loures, o exercício das novas competências resultou num voto de confiança aos técnicos que vão desempenhar as suas funções num leque mais alargado de áreas de trabalho e resultou no reconhecimento de que não seria possível ao Município, sozinho, atingir junto das suas populações, os objetivos ambiciosos associados a esta mudança. Assim, o Município de Loures destaca a importância da parceria e da colaboração com as entidades locais que são o tecido vivo da comunidade.

O desafio foi encarado como uma oportunidade e foi elaborado um plano de intervenção e cobertura geográfica para a prestação do melhor serviço possível no âmbito da ação social.

Como irá ser articulada a nova competência da autarquia com os dirigentes, atividades e valências do Setor Social no concelho?

A articulação para o exercício das novas competências partiu do princípio de que as Juntas de Freguesia e IPSS do concelho apresentam larga experiência em matéria de Ação Social, sendo uma mais-valia a continuidade do trabalho conjunto agora neste novo desafio para o Município de Loures.

Como tal, foram celebrados 16 Protocolos entre o Município e as IPSS ou equiparadas para o desenvolvimento das ações no âmbito do atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e aos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) no concelho de Loures, nomeadamente:

- 8 Protocolos de RSI, para uma cobertura concelhia da ce-



lebração e do acompanhamento dos Contratos de Inserção dos beneficiários de RSI, tendo em conta os rácios estabelecidos para o efeito e a experiência de trabalho social das IPSS ou equiparadas com os requisitos necessários para o desenvolvimento de atividades no âmbito do RSI;

- 2 Protocolos de RSI e em simultâneo de Atendimento e Acompanhamento Social, um para intervenção nas freguesias de Lousa, Fanhões e Bucelas, e outro, de âmbito concelhio, para intervenção específica com as pessoas em situação de sem abrigo;

- 1 Protocolo de Atendimento Acompanhamento Social, para atendimento social da freguesia de Loures e simultaneamente para assegurar a Emergência Social da Zona Norte do Concelho;

- 5 Protocolos de Acompanhamento, por forma a prestar um acompanhamento social adequado a cada situação concreta, seja da área da Ação Social, seja da área do RSI, fundamental para a autonomização das famílias.

Foi também criado um Protocolo de Colaboração no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). Os outorgantes, para além do Município, são as 10 Juntas de Freguesia e 2 IPSS - a Santa Casa da Misericórdia de Loures e o Centro Cultural e Social de Santo António dos Cavaleiros.

Numa primeira fase já haviam sido aprovados: o Regulamento Interno Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e o Regulamento Municipal do Fundo de Apoio Social.

Para o atendimento no âmbito da emergência social foram criadas 2 equipas: uma na Zona Oriental, compreendida pelas freguesias de Sacavém e Prior Velho; Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela; Moscavide e Portela; e Camarate, Unhos e Apelação; e outra na zona Norte do concelho, delimitada pelas freguesias de Bucelas, Fanhões, Loures, Lousa, Santo Antão e São Julião do Tojal, bem como Santo António dos Cavaleiros e Frielas.

→



Prioridade(s) e/ou Desafio(s) para esta nova competência autárquica?

A prioridade é claramente a prestação de um serviço de qualidade e proximidade, com boa capacidade de avaliação dos problemas e projeção das melhores soluções.

Um dos desafios, logo à partida, será cumprir uma monitorização rigorosa dos meios necessários que o Município tem à disposição, nomeadamente financeiros. Isto para que seja possível, em sede de acompanhamento deste processo, que é novo no Município, requerer à Administração Central os acertos necessários e os recursos essenciais às pessoas.

Loures partiu para este novo desafio da descentralização da ação social reconhecendo que a Administração Local sairá reforçada e que ofereceremos maior proximidade às pessoas que precisam das medidas de ação social. Em suma, pretende-se fazer mais e melhor na ação social enquanto Município, sempre com uma gestão pública eficiente e atenta às necessidades e direitos das pessoas, assim como aos seus deveres, conferindo a máxima dignidade aos seus percursos de vida.

Ricardo Leão,

Presidente Câmara Municipal de Loures

“APROXIMAR OS CIDADÃOS DA TOMADA DE DECISÃO”

O que muda com a Transferência de Competências no domínio da Ação Social, no seu concelho?

Pela proximidade e conhecimento da realidade local, os municípios estão na linha da frente na resposta dos Estado às necessidades dos cidadãos. Neste sentido, com a transferência de competências no domínio da ação social, o que se pretende é prestar um melhor atendimento aos cidadãos que recorrem a estas valências, fruto da experiência nestas matérias que os serviços municipais já detêm, tendo para o efeito sido reestruturadas e reorganizadas as equipas. Ao possibilitar uma maior concentração de apoios e respostas sociais num mesmo espaço, é possível um encaminhamento mais célere e eficaz, assegurando igualmente aos serviços municipais um melhor conhecimento e validação das situações socioeconómicas em análise, atento o acesso à plataforma informática de âmbito nacional do Instituto da Segurança Social, I.P.. Por outro lado, ao aproximar os cidadãos da tomada de decisão (Executivo Municipal), pretende-se contribuir para uma maior rapidez na disponibilização dos apoios.

Como irá ser articulada a nova competência da autarquia com os dirigentes, atividades e valências do Setor Social no concelho?

O Município de Mafra realizou uma reunião com os parceiros do setor social para dar conhecimento das novas competências e de que modo estas se operacionalizam. Com o objetivo de facilitar o acesso à informação, esta foi integrada no site institucional da autarquia, para consulta permanente pelos técnicos das entidades parceiras, assim como foi disponibilizado um guia de recursos do Concelho, em suporte papel e digital. Foram, igualmente, reestruturados os circuitos de articulação entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e os serviços municipais, otimizando os recursos disponíveis, técnicos e materiais, numa perspetiva de maior proximidade aos munícipes, maior adequação às suas necessidades e de minimização da eventual duplicação de apoios e intervenções pelas várias entidades, para o mesmo fim.

Prioridade(s) e/ou Desafio(s) para esta nova competência autárquica?

A prioridade é assegurar aos munícipes a qualidade e a excelência de serviço, assegurando celeridade na resposta às suas problemáticas. Um dos maiores desafios prende-se com a questão financeira, dado que os recursos transferidos podem revelar-se insuficientes para dar resposta às necessidades das pessoas, no atual contexto socioeconómico.

Hélder Sousa Silva,

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

VILA FRANCA DE XIRA APOSTA NO FORTALECIMENTO AINDA MAIOR DA REDE SOLIDÁRIA

O que muda com a Transferência de Competências no domínio da Ação Social, no seu concelho?

Sendo ainda cedo para avaliar os resultados, porque apenas recebemos as competências no domínio da Ação Social

no dia 3 de abril, reorganizámos os nossos serviços e estabelecemos orientações estratégicas para a nova dinâmica que estamos a viver, em cumprimento do estabelecido na lei.

Estamos já a assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social; estamos a acompanhar os processos de Rendimento Social de Inserção (RSI) na componente de inserção social dos beneficiários; e assumimos igualmente a Coordenação do Núcleo Local de Inserção (NLI).

O nosso Concelho já tem experiência no atendimento e acompanhamento das famílias, uma vez que desde 2016 se implementou o modelo de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI), que atualmente integra cerca de trinta entidades, incluindo a grande maioria das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.

Com a transferência de competências recentemente operada, a coordenação deste projeto passou a ser assumido na íntegra pela Câmara Municipal, quando antes era assumido em coordenação pelo Instituto de Segurança Social, IP.

A grande mudança prende-se com a responsabilidade na matéria de Rendimento Social de Inserção, uma vez que os beneficiários estão a deslocar-se agora aos diversos serviços de proximidade da Câmara Municipal, sejam as Lojas do Município ou os nossos Centros Comunitários, o que torna mais fácil e ágil o contacto direto entre eles e a administração pública.

O acompanhamento no âmbito do RSI por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira irá traduzir-se certamente também numa maior eficácia na monitorização aos contratos de inserção celebrados com os beneficiários, em articulação direta com as entidades locais designadas para o NLI (IEFP; Min. Saúde; Min. Educação; ISS,IP).

Outra mudança significativa que está já a ter impacto é a nova responsabilidade da Câmara Municipal na resposta às situações de emergência social, dado revestirem-se de grande complexidade e necessitarem de intervenção técnica especializada e imediata. Também aí a questão da proximidade é facilitadora.

Como irá ser articulada a nova competência da autarquia com os dirigentes, atividades e valências do Setor Social no concelho?

Estamos convictos que existirá um fortalecimento ainda maior da Rede Solidária em termos de comunicação e procedimentos, consolidando o trabalho de proximidade e confiança construído desde há muitos anos. Temos uma rede social forte, com entidades robustas e interessadas em



encontrar soluções para os problemas das nossas comunidades. Conhecemos bem cada IPSS do nosso Concelho e temos grande confiança no reforço do trabalho em parceria.

Prioridade(s) e/ou Desafio(s) para esta nova competência autárquica?

O primeiro desafio começou bem antes do dia 3 de abril, com a preparação da máquina autárquica para as novas competências. Foi preciso construir um novo modelo interno envolvendo os diversos serviços (criação de modelos/requerimentos; circuitos informáticos; criação de procedimentos para validação de apoios económicos; agilização da rede de expediente para receção/envio documental;...).

Facilmente se compreende que tem sido um exercício de grande exigência em termos jurídicos, financeiros e de auditoria/qualidade, pela necessidade de segurança e normalização dos novos procedimentos e atribuições, com os Cidadãos no centro das nossas preocupações.

Outro desafio da Câmara Municipal nesta fase é assegurar a capacidade de resposta rápida e adequada às situações de vulnerabilidade, pela maior proximidade que tem às Pessoas, bem como incrementar uma maior exigência a nível de controle e regulação das situações em acompanhamento.

Procuramos sempre assegurar uma melhor gestão de recursos, evitar duplicação de apoios e adequar melhor as respostas às situações concretas, numa conjuntura atual de incertezas económicas e sociais.

Para todos este trabalho, contamos sempre com o inestimável apoio e suporte da Rede Solidária, que no Concelho de Vila Franca de Xira sempre assumiu um papel pioneiro e empreendedor para responder a projetos-piloto e novos desafios, como é o caso desta mudança de paradigma e abordagem à Ação Social.

Fernando Paulo Ferreira,

Presidente Câmara Municipal Vila Franca de Xira

Inauguração
dos Serviços
Clínicos



Inválidos do Comércio

Ação social desde 1929

ASSOCIAÇÃO INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

94 ANOS DE AÇÃO SOLIDÁRIA

Falar de Inválidos do Comércio tem de começar por rever uma longa e difícil história, de associativismo social e muitas e variadas atividades solidárias. Primeiro, orientada e destinada a apoiar os seus associados, pessoas ligadas ao comércio, nas suas dificuldades, fosse na velhice, ajudando a criar e formar os seus filhos, ou em situações de desemprego.

Foram longos 49 anos, até 1978, de sobrevivência à custa

exclusiva dos associados e muitos beneméritos e do abnegado esforço de propaganda e de angariação de fundos, levando a efeito por muitos dirigentes e voluntários, sem qualquer ajuda do “Estado Novo”.

O prestígio da Associação, ainda uma das maiores associações de âmbito nacional, tinha em 1970, 43.733 sócios.

A partir de 1978, com o aparecimento do apoio estatal à



área social, o associativismo perdeu alguma da sua pujança. Ainda assim, Inválidos do Comércio foi mantendo a atividade, com prioridade ao apoio a idosos.

Por essa altura, e com a integração do extinto “Albergue dos Inválidos do Trabalho”, a ligação estrita ao comércio foi-se perdendo, passando a admitir-se sócios sem essa ligação.

Iniciava-se uma época de dependência de subsídios do Estado para continuar a cumprir os objetivos estatutários, ainda assim, mesmo apoiada pelo Estado, foi sempre uma Instituição independente e isenta, com raízes fortes na sociedade. São anos difíceis, sempre com a incerteza do montante dos financiamentos, geralmente insuficientes para compensar o serviço prestado.

A Missão de solidariedade não mudou e prossegue

Atualmente com mais de 7.500 associados, é com o esforço de sucessivas Direções e uma participação associativa importante e até inabitual para os nossos dias que Inválidos do Comércio mantém a vitalidade de outros tempos.

No final da década de 90 e princípio deste século, parte importante dos edifícios sofreu profundas remodelações, com a generalidade dos alojamentos a disporem de casa de banho própria e novas salas de convívio e de lazer e para atividades dos residentes.

A ação solidária mantém-se, em muitos casos substituindo-se ao próprio Estado, como na pandemia, quando encontramos solução para manter connosco a maioria dos residentes com a doença, chegando a ser 42. Mas também na saúde, pois é o nosso corpo clínico que presta assistência médica aos utentes, libertando o Centro de Saúde desse acompanhamento. Temos também um serviço de fisioterapia bem equipado e servido por 3 fisioterapeutas e três auxiliares e um serviço de farmácia, com uma farmacêutica e 4aju- →



Unidade de Fisioterapia

CONHEÇA A IPSS

Jardim – Espaço Exterior



dantes, para a preparação e distribuição da medicação.

Entre outros serviços que asseguramos, merece ser salientado, pela mais valia que representa, o transporte e acompanhamento dos residentes a consultas e à realização de meios de diagnóstico.

Nos 7 hectares da Quinta do Outeiro, no Lumiar, onde se instalou a Casa de Repouso Alexandre Ferreira (CRAF), utentes e funcionários desfrutam de amplos espaços ajardinados e arborizados. Aqui coabitam a ERPI/Lar e Residência Assistida, a Creche João Katz e os serviços da Associação. Na ERPI, residem cerca de 330 utentes, dos quais 280 ao abrigo de protocolo com a Segurança Social e outros em regime de Residência Assistida, em apartamentos completamente equipados. A Creche João Katz, num edifício moderno, inaugurado em 2012, é frequentada por 76 crianças até aos 3 anos que recebem uma educação de qualidade que tem merecido rasgados elogios de quantos a têm frequentado.

A máquina que põe tudo a funcionar é pesada

O apoio a idosos é assegurado, por um corpo de 9 Técnicas, Assistentes Sociais, Psicólogas e de Animação Sociocultural, 6 Médicos, sendo 1 psiquiatra, 21 enfermeiros, 183 Ajudantes de Ação Direta e Encarregados, 2 Animadoras, 1 barbeiro/cabeleireiro, 1 manicure/pedicure, 3 motoristas e 22 funcionários na rouparia, lavandaria e costura. A Creche tem 7 educadoras e 8 Ajudantes de Ação Educativa.



Administrativos e Manutenção são 38 funcionários, e atualmente, a cozinha, bar, limpeza e segurança, são assegurados por empresas em outsourcing.

Por último, a Direção é exercida por 7 membros em absoluto regime de voluntariado.

Não baixamos os braços, queremos ir mais além

Infelizmente com dificuldades burocráticas ou talvez não só, temos deparado com obstáculos que além do desgaste para os ultrapassar, impede que melhores condições possamos proporcionar aos nossos sócios e à sociedade em geral.

Atualmente, temos em curso um projeto para melhorar a habitabilidade de 70 residentes, com a construção/recuperação de um edifício que tem já poucas condições, a que chamamos de 5ª fase. Este projeto, desde 2018, vagueia entre serviços da CML e do ISS, agora porque é preciso mais isto, depois por mais aquilo e assim se vai arrastando, parecendo não haver verdadeira intenção de encontrar uma solução real. Neste caso, nem sequer falamos em dinheiro, mas somente de licença para a obra.

Temos também em carteira um projeto para a remodelação de um outro edificado que permitirá alojar, em condi-

ções modernas, 52 dos nossos residentes, mas nem ainda o fizemos avançar, tão “grata” é a experiência com a 5ª Fase. Isto, independentemente de em diversas ocasiões manifestarmos a nossa vontade para participar na criação de apoios diversos para idosos, carentes na Região.

Procurando fazer mais e melhor, lançámos mãos a um projeto com caráter experimental, para procurar métodos e práticas que minimizem os efeitos do envelhecimento natural. É o Projeto UpSénior, “Dinamizar para minimizar”. Neste projeto trabalhamos com grupos de residentes em várias atividades e fomentamos debates sobre o problema. Desejamos alargar o espaço de diálogo com outros interessados e motivar outras organizações para levarmos mais longe estas experiências.

É com um enorme querer que continuamos empenhados em manter o espírito do associativismo social, para glorificar e continuar a história da Associação Inválidos do Comércio, apoiando os mais desfavorecidos e criando melhores condições e qualidade de vida e, em ligação com outras estruturas da economia social, contribuir para um mundo melhor para todos. ●●

Direção Inválidos do Comércio



DIA DE FESTA

O aniversário da Associação Inválidos do Comércio é a 10 de abril. Este ano, o almoço-convívio, comemorativo do 94º aniversário da Instituição realizou-se, no dia 12.



CAFAP HÁ AINDA MUITO A FAZER

“É preciso elencar os problemas a apresentar ao governo”, no que diz respeito ao funcionamento e investimento nos CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Dois dirigentes da UDIPSS Lisboa, André Rica e Manuel Melo Gomes, defendem mudanças concretas para uma efetiva aposta na prevenção do risco para crianças, jovens e as suas famílias.

Começa logo pelos recursos afetos aos CAFAP: 3 técnicos para acompanhar a família, fazer avaliação, identificar os desafios e corrigir competências, implica um contato diário, de proximidade.

A portaria 139/2013 define, para um referencial de 100 famílias, a necessidade de uma equipa técnica composta por um técnico de serviço social, um psicólogo e um educador social, todos a 100%. Há ainda a

possibilidade de integrar, a tempo inteiro, outros profissionais com formação adequada, como os agentes de educação familiar. No caso da modalidade de ponto de encontro familiar, a portaria define, para um referencial de 25 famílias, um técnico com formação em mediação familiar, a 50%.

Os apoios financeiros são diferentes, de acordo com as diferentes modalidades, e “se uma instituição tem





licença para 100 famílias, mas tem protocolo para 46, o valor é muito baixo para o número de famílias”, diz André Rica.

Acrescem as despesas para se deslocarem e a supervisão técnica externa, pagos pela instituição.

“Há ainda a ideia de uma tripartição”, ou seja, está a ser pedido às instituições que assinem três protocolos diferentes, consoantes as modalidades: Ponto de Encontro Familiar, Preservação Familiar e Reunificação Familiar. “Isso não pode ser. O acordo para o CAFAP é único”, defende André Rica, acrescentando que se deve falar em metodologias em vez de modalidades.

“Uma excelente ideia, mas que não teve bom chão”

A portaria 139, de março de 2013 – que estabelece a forma de intervenção, organização e funcionamento dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - reconhece a “necessidade de uma intervenção especializada direcionada às famílias em situação de risco psicossocial, o que se reveste de particular importância também à luz do sistema de proteção de crianças e jovens e da promoção dos seus direitos.”

E indica que, “neste contexto, os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental assumem especial relevância no diagnóstico, prevenção e reparação de situações de risco psicossocial das famílias, bem como na promoção de uma parentalidade positiva, tendo em conta a realidade social em que se perspetiva a sua intervenção.”

As instituições particulares, como as IPSS, podem desenvolver os CAFAP, sendo que as famílias e as →

MODALIDADES DO CAFAP:

- a) Preservação familiar** – prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida – é o primeiro grande objetivo do CAFAP
- b) Reunificação familiar** – regresso da criança ou jovem ao seu meio familiar, nos casos de acolhimento em instituição ou família de acolhimento
- c) Ponto de encontro familiar** – espaço neutro e idóneo que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, designadamente em situação de conflito parental e de separação conjugal.

OBJETIVOS DO CAFAP:

- a)** Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;
- b)** Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;
- c)** Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;
- d)** Capacitar as famílias, promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;
- e)** Potenciar a melhoria das interações familiares;
- f)** Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;
- g)** Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;
- h)** Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;
- i)** Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso.

crianças ou jovens são referenciados, “consoante os casos, pelas comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) ou pelo tribunal, bem como por entidades públicas ou privadas, do âmbito da segurança social, saúde, educação e justiça.”

Na letra da referida Portaria, estes centros “desenvolvem uma intervenção especializada dirigida às famílias com crianças e jovens, com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais das famílias, tendo em conta o desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar.”

Nos últimos tempos, com as crescentes dificuldades financeiras das famílias, a qualidade de vida a baixar por causa da subida dos preços e contexto económico, há famílias com menos resiliência e incapacidade de olhar pelas suas crianças.

“É preciso reconhecer o problema e, só quem não trabalha no terreno é que consegue dormir tranquilo”, alerta André Rica.

O problema começa logo por estar “inclinado de cima para baixo”, temos as Casas de Acolhimento (LIJ) que atuam em caso de perigo, e os CAFAP que atuam pela prevenção, mas “com poucos recursos e poucas

verbas”. Assim, “falhamos todos!”.

Manuel Melo Gomes lamenta uma “visão concorrencial entre CAFAP e LIJ” e um “pensamento negativo em relação aos CAFAP”, quando o trabalho feito pelos centros “faz com que haja menos crianças e jovens para acolhimento em instituições”. O dirigente critica a ideia de “quintas e estratificação”, de pensar “esta criança é minha”, e defende que o mais importante deve ser mesmo “o superior interesse da criança”.

Quando se fala em investimento e retorno, podemos pensar que “aplicar agora 1 euro na prevenção, significa poupar 10 euros no futuro”.

André Rica questiona: “o que não estamos a fazer?” do que está definido na legislação ligada à promoção e promoção dos direitos das crianças e jovens? A lei tem mais de 20 anos, a Portaria dos CAFAP tem 10 anos, “e muito mudou neste período”.

Mais vontade política

A Portaria sobre os CAFAP aponta a “cooperação estreita e uma articulação eficaz entre os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e as diferentes entidades vocacionadas para a prestação dos apoios adequados às necessidades das famílias e crianças, designadamente do âmbito da segurança social, da educação, da saúde e da justiça”.

André Rica entende que “falta vontade política nas políticas públicas” que se desenvolvem nestas quatro áreas. Considera que “as instituições não conseguiram ainda dizer aos legisladores que a aposta forte deve ser na prevenção!”. O que se assiste, é “a uma política de corrigir prejuízo”. ●●

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

é um serviço de apoio a famílias em risco psicossocial com crianças ou jovens, atuando no desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais.

Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

definem-se como instituições oficiais não judiciais, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Lares de Infância e Juventude (LIJ) = Casas de Acolhimento para Crianças e Jovens em perigo.

ENCONTRO COM IPSS DE LOURES E ODIVELAS

Ao fim de dois anos da pandemia, foram retomadas as reuniões Concelhias.

No dia 19 de janeiro, na Casa de Stª. Maria, da Associação de Apoio aos Profissionais do Hospital de Stª. Maria, em Camarate, teve lugar o encontro com as IPSS dos concelhos de Loures e Odivelas.

A reunião permitiu a troca de informações e preocupações entre dirigentes das Instituições e a direção da UDIPSS Lisboa.



V ENCONTRO DE IPSS'S DO DISTRITO DA GUARDA

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, participou no Encontro, realizado a 1 de fevereiro, onde esteve também a Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes. Na cerimónia, foram entregues os Certificados do Programa Adaptar Social +.

O programa incluiu ainda uma intervenção da presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia, Maria João Quintela, que é vogal da UDIPSS Lisboa.



FOTO: BEIRA.PT



140º ANIVERSÁRIO DA VOZ DO OPERÁRIO

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, marcou presença, no dia 25 de fevereiro na sessão solene de 140º Aniversário da Sociedade de Instrução e Beneficência "A Voz do Operário", em Lisboa.

Durante a cerimónia, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou com a Ordem de Mérito o sócio Vítor Agostinho, que também recebeu o título de Sócio Honorário da Instituição.





@FOTO: BEIRA.PT

FAZER A PONTE ENTRE QUEM TRATA E QUEM CUIDA

A Sociedade Portuguesa de Pneumologia promoveu, no dia 24 de fevereiro, o encontro que juntou profissionais de saúde e organizações não gover-

namentais que dão apoio aos doentes com tuberculose.

O Dia Mundial da Tuberculose assinala-se a 24 de março.

PROJETO “UP SÉNIOR – DINAMIZAR PARA MINIMIZAR”

A Cooperativa de Solidariedade Social “Os Amigos de Sempre”, de São João da Talha, promoveu, no dia 8 de outubro, uma homenagem a Artur Lemos de Azevedo, fundador e presidente da associação. Artur Lemos de Azevedo faleceu em maio de 2020, durante a pandemia de Covid 19. Cerca de dois anos depois, familiares e amigos juntaram-se no Mercado de Vale Figueira para partilhar memórias sobre um dos grande impulsionadores da construção do Polo Comunitário “Os Amigos de Sempre”, uma estrutura residencial para idosos que oferece serviços de apoio domiciliário e centro de dia.

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CREVIDE

Eleitos em dezembro, os novos dirigentes da CREVIDE – Creche Popular de Moscovide, tomaram posse, em janeiro, para o mandato que irá decorrer até 2026.

Manuela Simões Dias preside à Assembleia Geral; Tiago Lopes, ao Conselho Fiscal; e Margarida Ferreira César é presidente da Direção.



AGENDA

Consignação do IRS

A entrega da Declaração de Rendimentos decorre até 30 de Junho, na qual se pode fazer a consignação de 0,5% do IRS para uma IPSS.

APOIE A CAUSA QUE NOS UNE A TODOS!

CONSIGNAÇÃO IRS

0,5%



20 ANOS UDIPSS LISBOA

Workshop “O Setor Social Solidário apresenta-se aos Jornalistas”

Os encontros em Lisboa e no Porto, previstos para Março, foram adiados para novas datas a anunciar brevemente.

7 de abril

Dia Mundial da Saúde

A data foi criada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e é celebrada desde 1950, para sensibilizar e educar para a importância dos cuidados de saúde e de estilos de vida saudáveis. “Saúde para Todos” é o tema de 2023, ano em que se assinala o 75º aniversário da OMS.

15 de maio

– Dia Internacional das Famílias

15 de junho

– Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra as Pessoas Idosas

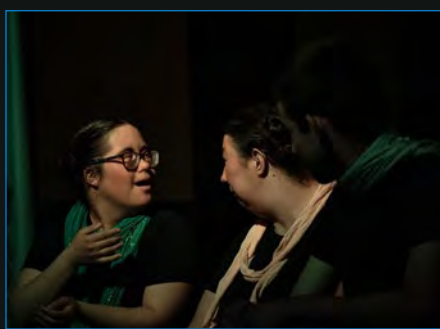
Formação

A FITI – Federação das Instituições de Terceira Idade oferece um variado conjunto de formações para as IPSS. Pode consultar o Plano de Formação do 1º semestre neste link:

<https://bit.ly/3LN9qNz>

OCEANO AZUL

O mar voltou a dançar, desta vez em Oeiras, no dia 25 de março. O espetáculo Oceano Azul resulta de uma parceria entre a CREVIDE, Apoiar e Ensinar - A Casa da Rita e a Academia de dança Susana Galvão Teles, e apresenta em palco mais de 20 bailarinos com e sem necessidades educativas especiais.



QUEREMOS SABER... **PARA DIVULGAR!**

Festas, colóquios, iniciativas de desporto, dança ou lazer, artigos técnicos, opinião... o que se passa nas IPSS do distrito de Lisboa tem espaço nas redes sociais (Facebook e Instagram) e no Boletim da UDIPSS Lisboa.

Enviem os contributos para email:

udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

Contamos com tod@s!



UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

 Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

 21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)

 secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

O Boletim da UDIPSS está disponível no site www.udipss-lisboa.pt

 www.udipss-lisboa.pt

 <https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.official>

 https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/